

ROSA CABECINHAS

Racismo e xenofobia

A actualidade de uma velha questão

*Racism and Xenophobia
Present Times of an Old Question*

Resumo: Neste artigo analisamos algumas das ambiguidades conceptuais que têm caracterizado os estudos sobre discriminação étnica e racial. O uso das noções de *raça*, *grupo étnico* e *minoría* varia muito consoante as circunstâncias e revela ambiguidades nos discursos científico e leigo. Ao longo deste texto fazemos uma breve abordagem histórica destes conceitos e discutimos o seu uso contemporâneo. Por último, efectuámos uma reflexão sobre a forma como os imigrantes e as minorias étnicas são representados nos media portugueses.

Palabras-clave: racismo, minorias étnicas, imigrantes, media.

Abstract: *In this article we analyse some of the conceptual ambiguities of the studies on ethnic and race discrimination. The use of notions like race, ethnic group or minority changes depending on the circumstances and reveals ambiguities in the scientific and lay language. During this text, we made an historical approach to these concepts and we discuss their contemporary uses. Last, we made a reflection on how the immigrants and the ethnic minorities are represented in the Portuguese media.*

Keywords: *racism, ethnic minorities, immigrants, media.*

*La lutte contre le racisme commence
avec le travail sur la langage
Tahar Ben Jelloun, 1998*

INTRODUÇÃO

Abordar a problemática da comunicação e minorias étnicas implica antes de mais uma clarificação do que se entende por *minoría étnica*. O uso deste conceito na ciência, nos media e nas conversações do quotidiano reveste-se de uma multiplicidade de ambiguidades que importa esclarecer. Como refere Tahar Ben Jelloun, lutar contra o racismo implica um trabalho de reflexão sobre as palavras que usamos no nosso

quotidiano, palavras essas que frequentemente transportam pesadas heranças do passado.

Como veremos ao longo deste artigo, o uso das noções de *raça*, *nação*, *grupo étnico* e *minoría* varia muito consoante as circunstâncias e revela ambiguidades nos discursos científico e leigo.

Numa análise histórica do racismo nas sociedades ocidentais, Fredrickson (2002) argumenta que na Antiguidade clássica e na época medieval não havia ‘consciência racial’. Na história da humanidade sempre existiram fenómenos de discriminação violenta (escravidão, genocídio, segregação, etc.) associados à crença na superioridade de um grupo face a outros, porém a noção de ‘raça’ como critério para a diferenciação entre grupos humanos é relativamente recente (para revisões ver: Banton, 2000; Jahoda, 1999).

Na Europa medieval a discriminação entre grupos era baseada sobretudo em categorias teológicas, sendo a grande clivagem operada entre ‘cristãos’ e ‘não-cristãos’. Embora tratando-se de categorizações baseadas em aspectos culturais, as distinções com base em aspectos físicos não deixam de estar presentes. Nas representações artísticas da época os ‘outros’ surgem como seres estranhos, exóticos, resultantes da mistura de elementos humanos e animais (Jahoda, 1999). Nas representações icónicas é comum o diabo ser negro ou estar vestido de negro, em oposição aos anjos brancos. Ainda hoje perduram no discurso ocidental descrições dicotómicas entre o *branco* e o *negro*¹, sendo o primeiro asso-

¹ A este propósito é pertinente recordar o excerto do filme *Malcolm X* de Spike Lee (1992; baseado no livro *The Autobiography of Malcom X*), durante o qual um colega de prisão sugere a Malcolm X que consulte as palavras preto e branco num dicionário: Colega (C.) - *Everything the White man taught you, you accept it. He taught you you were a Black healer and you believed it. He taught you to watch for a blond blue-eyed Jesus with a white skin. He taught you Black is a curse and you believed that. Did you ever look up the word ‘black’ in a dictionary? Malcolm X (M.) - For what? C. - Did you ever study anything that wasn’t part of a con? M. - What the hell for, man? C.- Come with me! “Black: destitute of light; devoid of colour; enveloped in darkness; hence utterly dismal or gloomy as ‘the future looked black’” M. - Pretty good with them words, ain’t you? C. - “Soiled with dirt, foul, sullen, hostile, forbidding as ‘a black day’, foully or outrageously wicked as ‘black cruelty’, indicating disgrace, dishonour or culpability”. And there’s others: blackmail, blackball, blackguard... M. - Hey man, that’s something,...C. - Let’s look up ‘White’. Here...Read. M.- “White: the colour of pure snow...reflecting all the rays of the spectrum, the opposite of ‘black’, free from spot or blemish, innocent, pure, without evil intent, harmless, honest, square-dealing, honourable”. Hey man, this was written by white folks...This is a Whites’ book! C.- This surely ain’t no Black Man’s book.*

ciado a pureza e bondade e o segundo associado a impureza e maldade (Matos, 2006).

No período medieval não existia uma categoria explícita para designar 'raça'. Os indivíduos exóticos ou diferentes eram designados 'monstros'. No final da Idade Média verificou-se um aumento dos contactos com populações de origens geográficas diversas. Os seres monstruosos descritos pela Antiguidade faziam parte das expectativas dos navegadores europeus, mas não foram encontrados nos 'novos mundos' que foram sendo 'descobertos'. Pouco a pouco, o 'monstro' popular foi substituído pela figura do 'selvagem' —ser humano semelhante ao macaco, despido, transportando um pau— simbolizando violência, lascividade, ausência de civilização, irracionalidade, imoralidade e pecado (Jahoda, 1999). O conceito de 'raça' começou então a fazer parte do pensamento europeu.

COLONIALISMO, NACIONALISMO E RACISMO

No século XVI a Europa tornou-se o 'centro' do mundo. Ao longo de séculos de conquistas e explorações coloniais, estabeleceu-se uma relação fortemente assimétrica com os Outros —africanos, asiáticos e indígenas americanos. O capitalismo e o desenvolvimento tecnológico consolidaram o domínio do Ocidente sobre as outras sociedades.

Jenness (1992/2001) argumenta que no início do período colonial, nos séculos XVI e XVIII, a justificação para a discriminação dos povos colonizados tinha ainda por base factores de ordem cultural: o grau de civilização e a religião. Mas à medida que o colonialismo europeu se foi desenvolvendo, era necessário encontrar uma justificação para o tráfico de escravos e para o recurso massivo à exploração de mão de obra de negros e indígenas. A ideia de 'raça', construída na modernidade, serviu legitimar a escravatura e tornou-se um dos pilares do sistema ideológico que susteve o colonialismo europeu.

O Iluminismo e o desenvolvimento da ciência moderna conduziram ao desenvolvimento das primeiras teorias sobre a hierarquização dos seres humanos (e.g. Amâncio, 1998; Jahoda, 1999). A ciência moderna, desenvolvida nos séculos XVIII e XIX, definiu hierarquias claras que se traduziram na exclusão sistemática de vários grupos humanos aos quais não eram reconhecidas as qualidades humanas superiores —as crianças, as mulheres e os 'selvagens' (negros, índios americanos, asiáticos). Estas categorias surgem descritas como mais próximas da natureza do que da cultura, tendo em comum a curiosidade infantil, a impulsividade, a

irritabilidade, a irresponsabilidade e a fraca capacidade intelectual (e.g. Chombart de Luawe, 1983-1984; Guillaumin, 1992).

O pensamento científico do Iluminismo tem sido apontado como a base científica para o que mais tarde viria a caracterizar o ‘racismo científico’. A noção de ‘raça’ estabelece uma ligação directa entre características físicas visíveis (fenótipo) e características profundas (genótipo), explicativas das diferentes aptidões e capacidades dos indivíduos. Esta noção apoiou-se na antropologia física clássica, que utilizava critérios morfológicos como a cor da pele, a forma craniana, a textura do cabelo, entre outros. As classificações que deles resultavam eram contraditórias e muito variáveis, de acordo com o critério escolhido ou com a importância atribuída a cada um deles, mas essa variabilidade de resultados e ausência de rigor foi muitas vezes escamoteada (Gould, 1981/1990).

Embora o número de ‘raças’ humanas variasse bastante nas diversas classificações raciais propostas (para revisões ver Bracinha-Vieira, 1995; Cunha, 2000), a divisão mais frequentemente invocada identificava três ‘raças’ principais: brancos (*caucasóide*), amarelos (*mongolóide*), e negros (*negróide*). As várias teorias da raciologia clássica tinham em comum uma perspectiva hierarquizadora e desigualitária. Como salienta Manuela Cunha, “quer reportasse as ‘raças’ a diferentes origens ou a lugares particulares na evolução humana, a raciologia clássica sempre as ordenou em superiores e inferiores –ocupando invariavelmente os brancos o topo dessa hierarquia” (2000: 193-194).

A ‘ciência da classificação’ foi iniciada por Carl Linnaeus. Na sua taxonomia dos seres vivos, a espécie humana foi classificada no reino dos primatas. Com base numa multiplicidade de critérios, principalmente de natureza fenotípica, o autor dividiu os seres humanos em quatro raças - *africanos*, *americanos*, *asiáticos* e *européus*. Cada uma destas raças foi caracterizada com alguns atributos específicos: entre outros atributos, os *africanos* foram descritos como negros, lentos de raciocínio, descontentados e negligentes; os *americanos* como vermelhos, ávidos e combativos; os *asiáticos* como amarelos, inflexíveis, severos e avarentos; e os *européus* como belos, amáveis, inteligentes e inventivos (Linnaeus, 1767: 29).

Charles Darwin, na sua segunda obra sobre a teoria da evolução, *The Descent of Man* (1871), salientou a origem comum de todas as raças humanas e a superficialidade das diferenças raciais observadas. Apesar do seu esforço para combater as teorias raciais que advogavam a origem separada e a irretabilidade das raças humanas, a sua teoria da evolução

deu azo às mais contraditórias interpretações, servindo de inspiração para as teorias eugenistas que viriam a desenvolver-se mais tarde.

O ensaio sobre a desigualdade das raças humanas de Arthur de Gobineau (1853-1855) constitui um dos marcos fundamentais do ‘racismo científico’, tendo exercido considerável influência no desenvolvimento posterior da ideologia nazi. A utilização do termo ‘ariano’, palavra do sânscrito que significa ‘nobre’, tornou-se mais frequente a partir do momento em que foi utilizada por Gobineau para identificar um grupo de indivíduos que produziu uma civilização especialmente avançada (*in* Miles, 1989/1995).

Outra das referências marcantes do ‘racismo científico’ foi Francis Galton, fundador de um laboratório de eugenia com vista ao aperfeiçoamento da espécie humana. Galton (1883 *in* Gould, 1981/1990) argumentou em defesa da eliminação progressiva dos ‘indesejáveis’ da sociedade, proibindo-lhes o casamento ou impondo a sua esterilização (*eugenia negativa*) e, simultaneamente, tentou proteger, aperfeiçoar e multiplicar os indivíduos ‘mais aptos’, de melhor saúde física e moral (*eugenia positiva*).

Em meados do século XIX os cientistas desenvolveram métodos subsequentemente rigorosos (medição do volume da caixa craniana, tempos de reacção, testes de inteligência, etc.). Quaisquer que fossem os critérios utilizados pelos cientistas, os *brancos* eram sempre posicionados no topo da escala e os *negros* em baixo, ocupando os *amarelos* a posição intermédia, mas muito mais próximos dos últimos do que dos primeiros (para revisões ver: Montagu, 1997; Richards, 1997). Mas se a ‘grande clivagem’ se verificava entre os ‘brancos’ e os ‘outros’ (africanos, asiáticos, indígenas americanos), que eram frequentemente homogeneizados na categoria de ‘selvagens’, no seio da raça *branca* reconhecia-se a heterogeneidade (Cabecinhas, 2007).

No final do século XIX e início do século XX, as doutrinas raciais estavam extremamente divulgadas na Europa e nos EUA. O determinismo biológico não só marcou profundamente a ciência moderna, como se propagou ao pensamento leigo, tornando-se um verdadeiro fenómeno social. Isto é, o discurso ‘científico’ dos séculos XVIII e XIX estimulou e legitimou o discurso racista do senso comum, sendo essa herança ainda visível nos dias de hoje², apesar da desacreditação científica das teo-

² Por exemplo, Cabecinhas (2007), num estudo realizado em várias regiões de Portugal, verificou que o estatuto social percebido dos diferentes grupos ‘étnicos’ em Portugal espelham nitidamente a hierarquização racial advogada pelas teorias racialistas do século XIX. Assim, verificou-se uma hierarquização dos grupos-alvo em função da origem nacional: os *portugueses* (endogrupo) ocupam o topo da hierarquia e os grupos

rias racialistas após a Segunda Guerra Mundial, como veremos na secção seguinte.

Durante o século XIX e início do século XX era comum o termo ‘raça’ ser utilizado como sinónimo de *nação* (por exemplo: ‘raça francesa’, ‘raça alemã’). Apesar desta acepção se ter tornado obsoleta (van den Berghe, 1996: 297) o termo ‘raça’ continua a ser usado no quotidiano, misturando-se com outras designações, nomeadamente as designações nacionais. No quotidiano, os conceitos racismo, nacionalismo e xenofobia surgem muitas vezes associados, sendo por vezes tratados como sinónimos.

No *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, o nacionalismo é definido como a “preferência por tudo o que é relativo à nação, por tudo o que é nacional. [...] Doutrina baseada no sentimento de exaltação das características consideradas essenciais da nação e que subordina a política interna do país ao desenvolvimento do poderio nacional” (Academia de Ciências de Lisboa, 2001: 2561). Por seu turno, a xenofobia é definida como a “aversão ou hostilidade manifestada a pessoas ou coisas estrangeiras” (Academia de Ciências de Lisboa, 2001: 3792). Essa aversão ou antipatia pode ser traduzível em percepções ou comportamentos e tem sempre um denominador comum: manifesta-se em relação a indivíduos de uma nacionalidade diferente da do próprio, isto é, estrangeiros. Mas, nem sempre é a nacionalidade que determina o facto do outro ser percebido como ‘estrangeiro’³, por isso alguns autores preferem termos mais abrangentes como a heterofobia, que se refere à hostilidade manifestada em relação a indivíduos que são percebidos como diferentes.

A questão do nacionalismo e da identidade nacional está intimamente ligada com a questão racial. Na perspectiva de Billig (1996), a identidade nacional está alicerçada na existência e partilha de um território, território esse que é delimitado por fronteiras, fronteiras essas que são

nacionais de origem africana (*angolanos, moçambicanos, são-tomenses, cabo-verdianos e guineenses*) constituem os grupos nacionais de menor estatuto percebido enquanto os grupos de origem asiática (*macaenses, indianos, e timorenses*) ocupam uma posição intermédia, mais próxima destes últimos do que dos primeiros. Verifica-se também uma hierarquização dos grupos em função da cor da pele: aos *brancos* é atribuída uma posição superior e aos *negros* uma posição inferior, sendo atribuída aos *mestiços* uma posição muito mais próxima dos *negros* do que dos *brancos*. Estes resultados demonstram o grande peso dos aspectos históricos na percepção dos grupos sociais.

³ Um exemplo paradigmático, é a atitude face aos ciganos em Portugal, que apesar de viverem no país há cinco séculos, continuam a ser considerados como estrangeiros (e.g. Cabecinhas, 2007; Correia, Brito, Vala e Peres, 2005).

material e simbolicamente demarcadas com enorme precisão, de modo a tornar bem claro o território e os limites de cada nação. Existem estreitas ligações entre o racismo, o colonialismo e o nacionalismo, como ilustra o caso do império colonial português.

Segundo o historiador Valentim Alexandre, a ideologia dominante em Portugal durante o período colonial era extremamente etnocêntrica e desigualitária. Os trabalhos forçados, o tráfico de escravos e a escravatura eram considerados fundamentais para que as colónias africanas fossem rentáveis economicamente e a igualdade de direitos era considerada como uma simples utopia, já que os africanos não seriam capazes de evoluir sozinhos. A política colonial opressora era justificada através dos argumentos do ‘racismo científico’.

Durante o Estado Novo realizaram-se diversos congressos coloniais onde científicas, políticos, militares e religiosos expuseram e debateram as teses sobre a ‘missão civilizadora’ do povo português e as práticas a implementar nos territórios coloniais para aproximar os diversos povos indígenas, sob a hegemonia dos valores portugueses. A tentativa de conhecimento das características físicas, psicológicas e sociais dos diferentes tipos de ‘indígenas’ visava sobretudo um melhor aproveitamento da mão-de-obra disponível no vasto império. As representações raciais dominantes durante o Estado Novo do seguinte modo:

“os traços atribuídos aos *negros* remetem para uma forte ligação à natureza: são ‘crianças grandes’, incapazes de dominar os seus impulsos e de tomar conta de si próprios e, embora possam manifestar certa ‘es-perteza’, são desprovidos de inteligência. A imagem dos *negros* oscila entre a atracção do exótico (o batuque, as danças, os corpos sensuais) e a repulsa (são agressivos, perigosos, feiticeiros, têm uma sexualidade descontrolada). Quando ‘assimilados’, isto é, dominados e disciplinados, manifestam alguns traços *positivos*, mas estes só se expressam pela sua submissão ao sistema de valores do Homem Branco, a sua dependência e obediência. São-lhes destinados papéis subordinados, ligados à execução e não à concepção de algo, uma vez que podem imitar mas são incapazes de criar. Os Negros são considerados essencialmente como força de trabalho, mas também podem ser fonte de divertimento e entretenimento para o Homem Branco” (Cabecinhas e Cunha, 2003: 179-180).

Após a Segunda Guerra Mundial, num contexto político e social europeu onde o princípio da ‘assimilação’ fora substituído por uma cada vez maior autonomia e mesmo independência, o *luso-tropicalismo* de Gilberto Freyre (1933/1992) –segundo o qual os portugueses teriam uma especial aptidão para lidar com os povos dos trópicos– transformou-se num instrumento de justificação para a afirmação da especificidade do colonialismo português. O mito do luso-tropicalismo não se dissipou com

a 'queda do Império' em 1975, continuando a circular de forma difusa na sociedade portuguesa (Alexandre, 1999).

POLÍTICAS DE IGUALDADE E OS 'NOVOS RACISMOS'

O genocídio de milhões de 'judeus' e 'ciganos' durante a Segunda Guerra mundial, em nome da pureza racial, levou cientistas e políticos a problematizar a noção de 'raça'. Após o Holocausto poucos cientistas continuaram a defender hierarquias raciais e as investigações desenvolvidas no domínio da genética vieram desmascarar o 'mito da raça' (Montagu, 1997).

A II Guerra Mundial contou com uma participação significativa de soldados de origem asiática e africana nas tropas aliadas, alguns aliciados com a promessa da futura independência dos seus países. As lutas pela independência nos territórios asiáticos e africanos sob o domínio europeu ganharam uma dinâmica incontornável. Assim, no pós-guerra verifica-se uma mudança do posicionamento científico e político relativamente à noção de 'raça' e começam a estabelecer-se as bases para a igualdade entre todas os seres humanos.

Um dos marcos fundamentais na implementação das políticas de igualdade foi a proclamação da Declaração Universal dos Direitos do Homem pela Organização das Nações Unidas no dia 10 de Dezembro de 1948.

Nas décadas de cinquenta e sessenta, a UNESCO promoveu amplas investigações interdisciplinares sobre a questão racial, cujos resultados foram debatidos por quatro equipas diferentes e que deram origem a quatro Declarações (1950, 1951, 1964 e 1967). Estas declarações estão agrupadas no livro *Le Racisme Devant la Science* (UNESCO, 1973), onde se procede a uma desmontagem detalhada do carácter falacioso das 'provas' da superioridade *branca* nos vários domínios científicos.

Na primeira declaração (1950) proclama-se que todos os seres humanos pertencem à mesma espécie, o *Homo sapiens*. A segunda declaração (1951) chama a atenção para o uso abusivo da palavra 'raça' e para os mitos que estão associados a esta palavra. A quarta declaração (1967) vai mais longe e refere que 'as doutrinas racistas são destituídas de base científica', sendo a noção de 'raça' convencional ou arbitrária (UNESCO, 1973: 379). Nesse sentido recomenda o abandono da palavra no meio científico e o uso de designações menos discriminatórias, como por exemplo 'grupo étnico'.

Desde então, o termo 'grupo étnico' tem sido empregue para referir grupos sociais minoritários, que são percebidos e classificados em funç-

ão da sua diferenciação cultural face aos padrões estabelecidos pela cultura dominante. Todavia, o pensamento leigo acompanhou esta deslocação da ‘raça’ para os ‘grupos étnicos’, sendo as ‘práticas culturais’ percebidas como rígidas e imutáveis, e até mesmo geneticamente herdadas (Rex, 1986). Assim, frequentemente a cultura não é entendida como algo fluido e dinâmico, mas como algo fixo análogo à ‘raça’.

Como salienta Guillaumin (1992), apenas os grupos minoritários, isto é, destituídos de poder ou de estatuto, são objecto deste processo de naturalização. Assim, o deslocamento da percepção das diferenças entre os grupos humanos do pólo das características físicas ou raciais para o pólo das características comportamentais e culturais permanece um processo de naturalização da diferença, isto é, a um processo de *racialização* seguiu-se um processo de *etnicização* (Vala, Lopes, Brito, 1999), processo esse que se verifica em relação aos grupos minoritários mas não em relação aos dominantes.

Assim, apesar de estar cientificamente desacreditado, o conceito de ‘raça’ continua a existir no pensamento leigo. O facto da hierarquização racial ter sido banida do discurso público não significa o fim do racismo. Como o argumento da desigualdade e da hierarquização racial é actualmente contra-normativo, enfatizam-se as diferenças culturais (por exemplo, os árabes não são detestados pela sua cor de pele, mas por serem ‘fanáticos religiosos’ ou por ‘tratarem mal as mulheres’).

A aplicação dos princípios de igualdade contidos nas declarações e leis que se foram produzindo ao longo da segunda metade do século XX conferiu um padrão legal a esses princípios, na maioria dos países ocidentais, com a especificação de punições severas para a discriminação com base em critérios raciais. Discriminar com base em supostas hierarquias raciais passou a ser, não apenas anti-normativo, mas um crime grave que deve ser punido exemplarmente.

Face a estas novas normas sociais, a discriminação racial passou a ser expressa sem evocar a ideia de ‘raça’. Segundo Augoustinos e Reynolds “o racismo contemporâneo justifica e legitima as desigualdades entre grupos, não com base na biologia ou na ‘cor da pele’, mas com o argumento que determinados grupos violam valores sociais fundamentais, tais como a ética do trabalho, autonomia, auto-disciplina e realização individual” (2001: 3).

Na década de setenta, à medida que os afro-americanos conquistavam um maior protagonismo social, na sequência do fim da segregação racial, foi crescendo nos euro-americanos um sentimento de ‘ameaça’ em relação a esta minoria, que de repente ocupava lugares até aí exclusivos da maioria. Estas alterações políticas e sociais levaram os cientis-

tas sociais a desenvolver novos conceitos afim de estabelecer uma distinção entre as expressões tradicionais e as novas formas de racismo emergentes nas sociedades formalmente anti-racistas: racismo ‘cultural’ (Jones, 1972); racismo ‘moderno’ (McConahay, 1986); racismo ‘aversivo’ (Gaertner e Dovidio, 1986); racismo ‘simbólico’ (Sears, 1988); racismo ‘ambivalente’ (Katz e Hass, 1988); racismo ‘subtil’ (Pettigrew e Meertens, 1995). Esta renovação conceptual ocorreu inicialmente nos EUA e em seguida alargou-se aos países europeus, para caracterizar as formas de racismo contemporâneas em relação aos imigrantes e minorias étnicas.

Como referimos anteriormente, a noção de ‘raça’ quando aplicada aos seres humanos não tem fundamento científico. No entanto, esta palavra continua a ser utilizada no quotidiano, misturando-se com outras: nação, classe e etnia. O nacionalismo baseado na ideia de ‘raça’ é particularmente visível nos discursos da imprensa desportiva, “tradicionalmente dominados por retóricas de diferença e de caracterização física e mental”, sendo os estilos de jogo identificados “a partir das ‘essências’ e ‘naturezas’ dos povos” (Coelho, 2001: 144).

As complexas ligações entre *classe*, *raça* e *etnia* têm sido salientadas em diversos estudos. Estas têm variado significativamente ao longo do tempo e variam consideravelmente de país para país (Cf: Machado, 2000; Miles, 1989; Vale de Almeida, 2004). Por exemplo, Pina-Cabral (1998) refere que em Macau, tal como frequentemente ocorria noutros contextos da colonização portuguesa, a cor da pele tornava-se menos marcante como barreira discriminatória consoante as pessoas iam subindo na escala socio-económica.

No ano de 1997 –*Ano Europeu Contra o Racismo*– iniciámos um conjunto de estudos empíricos sobre esta problemática. Os resultados demonstraram que, apesar das campanhas de sensibilização contra o racismo, dirigidas sobretudo às camadas juvenis, a maior parte dos jovens universitários que participaram no estudo nunca tinha problematizado as noções de *raça* e de *grupo étnico*, considerando-as como conceitos objectivos explicativos das assimetrias sociais. Os participantes consideraram as características culturais como inseparáveis das características físicas ligadas à hereditariedade. Os *grupos étnicos* são vistos como possuindo características intrínsecas, imutáveis e muito marcadas, que os distinguem da maioria ou da cultura dominante e que são justificativas das assimetrias de poder. Globalmente, as respostas dos participantes remetem claramente para uma ‘naturalização’ ou ‘essencialização’ (Allport, 1954/1979; Rothbart e Taylor, 1992) das categorias *raciais* e *étnicas*.

No seu conjunto, os resultados demonstram que apesar das tipologias raciais terem sido abolidas da ciência há largas décadas continuam a estruturar o pensamento leigo. As campanhas de sensibilização da opinião pública para a problemática do racismo, tendo insistido na ilegitimidade da discriminação a partir da ‘cor da pele’, conduziram a uma maior prudência no discurso público relativamente às categorias *raciais*, mas não quanto às categoriais *étnicas*: alguns participantes mencionaram nas suas respostas que as diferenças biológicas não deveriam conduzir à discriminação social, mas o mesmo não aconteceu no que concerne às diferenças culturais (Cabecinhas, 2007).

Ao nível dos conteúdos dos estereótipos verifica-se igualmente a herança das velhas dicotomias coloniais. Um conjunto de estudos sobre os estereótipos dos portugueses sobre os imigrantes africanos residentes em Portugal, demonstraram que os ‘novos estereótipos’ são aparentemente mais positivos, mas escondem uma flagrante constância da ideologia que subtilmente perdura: as dimensões mais valorizadas nas sociedades ocidentais (autonomia, individualidade, competência, responsabilidade) são atribuídas ao grupo dominante, mas continuam a ser negadas aos imigrantes africanos, cuja representação permanece com forte ligação à ‘natureza’ (e.g. Amâncio, 1998, Cabecinhas, 2007; Deschamps *et al.*, 2005).

As dimensões de conteúdo estruturantes dos estereótipos são a instrumentalidade e a competência para o grupo dominante e a expressividade e o exotismo para os grupos minoritários. Outro aspecto a salientar diz respeito aos papéis que são atribuídos a cada um dos grupos: ao grupo dominante são associados traços que remetem para um papel *activo* na sociedade (trabalhadores, empreendedores, etc.) enquanto que aos grupos minoritários são associados traços que remetem para um papel *decorativo* ou *lúdico* (cheios de ritmo, musicais, etc.). Assim, as representações raciais durante o período colonial continuam a estruturar o pensamento sobre *nós* e os *outros*, embora recorrendo a uma linguagem mais subtil.

Outra das ambiguidades frequentemente presente na literatura refere-se ao termo *minoría*. Este termo tanto pode designar simplesmente uma minoria quantitativa (isto é, em estatuto numérico) como uma minoria qualitativa (isto é, em termos de estatuto social ou poder). Alguns grupos são maiorias quantitativas, mas constituem minorias qualitativas: por exemplo, o caso dos ‘negros’ durante o regime de *apartheid* na África do Sul. De igual modo podemos observar minorias quantitativas que são maiorias qualitativas: as elites políticas, por exemplo (Lorenzi-Cioldi, 2002). No caso concreto dos *imigrantes*, estamos na grande maioria dos casos perante grupos duplamente minoritários (em termos

quantitativos e qualitativos), o que os coloca numa situação de acentuada fragilidade.

Na maior parte das vezes o termo minoria é utilizado para designar um grupo destituído de poder e de recursos. Como salientam Burguière e Grew “more than merely quantitative, *minority* is a loaded term; and its meaning is always culture-bound” (2001: 2). Numa obra que reúne diversos estudos sobre a construção social das ‘minorias’, os autores salientam:

“To be considered a minority, a group must be both an integral element in the larger society and sufficiently outside its sociopolitical core to lack that access to status and power considered normal (even when in practice only dominant elites exercise that access). The significance of minority status thus differs from society to society, according to which characteristics come to be treated as critically distinctive (attributes of race, ethnicity, region, religion, or class are among the most common) and according to the disadvantages or advantages that accompanied that status.

Constraints on a minority’s access to power may be a matter of social custom, economic condition, regional difference, or formal, legal restriction; but that differential access, more than its number relative to the population at large, marks a minority” (Burguière e Grew, 2001: 3).

Na opinião dos autores, a ambiguidade do termo minoria reside na sua conotação:

“In its ambivalent contemporary usage, the concept of a minority designates a weakness and affirms a strength. [...] Negative in the sense that it identifies a group in terms of its vulnerability to a majority that threatens to oppress or reject it, the concept is positive in its recognition of a group’s cultural or moral value, which must be affirmed or recognized or protected” (Burguière e Grew, 2001: 4).

Como referimos noutra ocasião, a análise empreendida pelo autores é estimulante por salientar a construção social das ‘minorias’ em diferentes sociedades e por demonstrar que essa construção se baseia em critérios convencionais e arbitrários, no entanto, não deixa de ser surpreendente que a necessidade da minoria ‘ser protegida’ surja como um aspecto ‘positivo’, já que a necessidade de protecção corresponde precisamente à negação da sua autonomia (Cabecinhas, 2007).

Outra questão polémica, prende-se com o conceito de racismo e em que medida este se distingue do conceito de etnocentrismo. Por exemplo, Claude Lévi-Strauss salienta que não se pode confundir o racismo com o etnocentrismo:

“O racismo é uma doutrina que pretende ver nas características intelectuais e morais atribuídas a um conjunto de indivíduos [...] o efeito

necessário de um património genético comum. Não se pode alinhar sob a mesma rubrica [...] a atitude de indivíduos ou de grupos cuja fidelidade a determinados valores os torna parcial ou totalmente insensíveis a outros valores” (1983/1986: 15).

Por seu turno, Taguieff (1997: 44) critica a ‘banalização’ da palavra racismo, mas alerta para os efeitos indesejáveis de uma definição restrita –reduzir o racismo a um fenómeno ideológico próprio da modernidade recente, isto é, reduzi-lo à doutrina ‘científica’ da desigualdade entre raças humanas é insuficiente para compreender o racismo, sobretudo nas suas formulações actuais, mais ‘veladas’ ou ‘subtis’.

Por último, debrucemo-nos brevemente sobre o conceito de *etnicidade*. Segundo Fenton:

“The concept of ethnicity refers to the way in which social and cultural difference, language and ancestry combine as a dimension of social action and social organization, and form a socially reproduced system of classification. [...] In its concrete form ethnicity refers to the social mobilization of ethnic ties and the social significance of ancestry, language and culture. We may speak of ethnic groups –identifiable groups whose ‘actual’ or ‘claimed’ shared ethnic attributes mark them off within a social system” (1999: 62).

De referir que esta ‘mobilização étnica’ ou ‘acção afirmativa’ que, em certas circunstâncias, pode levar à exacerbação e absolutização das ‘diferenças’ entre os grupos, não pode ser considerada como uma forma de racismo (Fenton, 1999; Burguière e Grew, 2001). A luta identitária por parte dos grupos dominados não pode ser confundida com racismo, mesmo quando advoga um certo grau de ‘separação’ face à sociedade dominante (Sartre, 1948/2002). No entanto, a luta pela ‘diferença’ e a reivindicação de uma determinada identidade colectiva pode conduzir a efeitos perversos, sobretudo quando reforça rótulos herdados do período colonial, contribuindo muitas vezes para a visibilidade das ‘minorias’ enquanto grupo e para uma invisibilidade dos indivíduos enquanto ‘pessoas’ (Cabecinhas, 2007).

Como vimos ao longo deste trabalho, as expressões de racismo estão extremamente dependentes do contexto histórico e social. Hoje, nas sociedades ocidentais, formalmente anti-racistas, assiste-se à permanência de fenómenos racistas, mas estes são cada vez menos justificados pela percepção de diferenças genéticas (*raciais*) e cada vez mais pela percepção de diferenças culturais ou religiosas (*étnicas*). Verifica-se uma grande ambiguidade nas expressões de racismo, que surgem sempre mascaradas e dissimuladas.

As normas sociais de hoje inibem a expressão do racismo tal como foi dado a conhecer durante muito tempo. O racismo sofreu uma metamorfose nas suas formas de expressão, mas não desapareceu. As pessoas têm estratégias de adequação ao contexto histórico de modo a redireccionar o racismo, protegendo a sua imagem pública de adesão aos valores da igualdade (e.g., Cabecinhas, 2007; Vala *et al.*, 1999).

Como referimos noutra ocasião, o “racismo actual manifesta-se essencialmente pela negação do reconhecimento da singularidade do outro. Na prática, isto significa que os membros das minorias não são tratados como ‘indivíduos’, mas simplesmente como ‘representantes’ de uma categoria homogénea. Este processo traduz-se num tratamento mais automático da informação sobre os membros das minorias raciais ou étnicas, isto é, menos personalizado e mais baseado nos estereótipos sociais” (Cabecinhas, 2007: 280-1). Assim, os membros das minorias são ‘visíveis’ enquanto grupo, mas ‘invisíveis’ enquanto indivíduos, singulares e diferenciados. Isto é, os novos racismos “assentam numa ambivalência face ao objecto de discriminação, ao qual não é atribuído o estatuto de ‘pessoa’ na sua plenitude e diversidade” (2007: 282).

IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS NOS MEDIA

Nos últimos anos a problemática da imigração ganhou grande relevância na opinião pública e nos meios político e científico. Nas últimas décadas, aumentou consideravelmente o número de imigrantes em Portugal, à semelhança do que aconteceu em outros países europeus. A questão da imigração adquiriu grande visibilidade pública, ocupando um lugar de destaque nos meios de comunicação social, ao mesmo tempo que o racismo e a etnicidade se tornaram em termos delicados e controversos da *agenda* contemporânea.

Nos últimos anos, a concertação de políticas relativas à imigração na União Europeia tem privilegiado aspectos preventivos e de defesa interna, com vista a limitar a entrada de novos imigrantes, sobretudo daqueles que se encontram em situação mais vulnerável. Por outro lado, na última década fizeram-se esforços para desenvolver mecanismos de integração dos imigrantes e realizaram-se campanhas de sensibilização junto da opinião pública para a não discriminação e a promoção de igualdade de oportunidades.

Diversos estudos têm salientado o papel importante dos media na formação das atitudes perante a imigração e a diversidade cultural. Os media frequentemente exercem uma função de controlo social, reforçando as ideologias dominantes e veiculando imagens que acentuam os

estereótipos raciais e étnicos (e.g. van Dijk, 1991). No entanto, os media podem ser excelentes meios para podem promover a mudança social, veiculando modelos para uma sociedade mais inclusiva e diversa.

Assumindo que os media (nomeadamente a televisão, a rádio e a imprensa) constituem as fontes de informação de referência da maioria da população, a União Europeia promoveu algumas medidas direccionadas aos profissionais dos media. Estas medidas têm visado acções de consciencialização para a realidade pluricultural das sociedades europeias (Wenden, 2005). Por exemplo, os acordos da *Televisão sem Fronteiras* incluem recomendações sobre os direitos das minorias, a promoção da diversidade cultural e dos direitos humanos. Por seu turno, o programa *Media Plus* (2001-2006) elegeu como um dos seus objectivos o desenvolvimento de produções cinematográficas e audiovisuais que contemplassem a cidadania e as minorias étnicas e culturais (in Ferin *et al.*, 2008).

Nos últimos anos realizaram-se diversos estudos sobre a forma como os imigrantes e as minorias étnicas são representados nos media portugueses. Os estudos efectuados por Ferin e colaboradores (2004, 2006, 2008) permitem uma análise longitudinal da forma como diferentes grupos têm sido retratados na imprensa nacional (diária e semanal) e nos noticiários televisivos dos canais generalistas portugueses em sinal aberto, durante o *prime-time*.

Ao longo dos anos analisados, os padrões de cobertura do tema Imigração e Minorias Étnicas têm vindo a alterar-se. Em 2003 e 2004 os media privilegiaram a temática ‘crime’, os actores institucionais, as vozes e fontes oficiais, recorrendo a um tom negativo, a uma argumentação predominantemente securitária e a um enquadramento policial. Nos últimos anos o ‘crime’ continua a ser o tema mais abordado nas notícias sobre imigração e minorias étnicas, tanto na imprensa como na televisão. Como referem Ferin e colaboradores, os “resultados permitem avançar que as bad news (crimes, incidentes, máfias, prostituição, etc.) ainda são vistas como good news (matéria-prima) para os meios de comunicação” (2008: 104). No entanto, regista-se uma diferença ao nível da discursividade: enquanto que nos dados de 2003 e 2004 os imigrantes e os membros das minorias étnicas surgiam fundamentalmente como autores dos crimes, nos últimos dois anos (2005 e 2006) embora continuem a predominar as notícias em que os imigrantes são autores de crime, regista-se um aumento de notícias sobre os imigrantes como vítimas de crime (por exemplo, vítimas de tráfico de seres humanos e exploração sexual).

Como salientam Ferin e colaboradores, verifica-se “pouca diversidade temática no tratamento destes grupos, estando por noticiar muitos

aspectos, nomeadamente os económicos, sociais, políticos, culturais e relativos aos comportamentos e estilos de vida. Nota-se, ainda, que há uma lacuna no tratamento de aspectos contributivos e inovadores dos imigrantes e minorias para a sociedade portuguesa” (2008: 105).

No que respeita às fontes e aos actores com voz no espaço público, os actores com maior visibilidade na imprensa são as Forças de Segurança, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e o Governo. Na televisão, os imigrantes surgem como actores com maior expressão nos últimos anos, seguidos das Forças de Segurança. Globalmente, verifica-se um crescente recurso a fontes provenientes da sociedade civil e aos imigrantes.

Relativamente à visibilidade dos diferentes grupos de imigrantes e da comunidade cigana, os brasileiros são os mais nomeados, mas a sua voz não está proporcionalmente registada. Diminuíram as referências dos imigrantes oriundos dos países de Leste (com excepção dos romenos), reflectindo o progressivo abandono de Portugal por parte destes cidadãos. Diminuíram também as referências aos ‘ciganos’ e chamadas ‘segundas gerações’ de origem africana. Em contrapartida, aumentaram as referências aos imigrantes chineses e indianos, o que se prende com a chegada de novos fluxos migratórios (Ferin *et al.*, 2008).

Globalmente, cresceu o número de peças referentes ao conjunto de imigrantes. Em conformidade com as ‘boas práticas’⁴ recomendadas pelas entidades reguladoras, em muitas peças a nacionalidade e a origem ‘étnica’ dos intervenientes é omitida. Em contrapartida, aumentou significativamente o recurso a palavras genéricas, como ‘imigrante’ e ‘estrangeiro’, o que contribuiu para reforçar ainda mais a homogeneização informativa.

Como salientam Ferin e colaboradores, “estes procedimentos ‘limpam’ a consciência e esbatem as diferenças, mas [...] as leituras subliminares da opinião pública mantêm-se, assim como as leituras feitas por aqueles que se sentem discriminados, que tendem a sentir-se ainda mais discriminados, dado o ‘apagamento no espaço público’ de que são vítimas” (2008: 112-3). Assim, por outro lado, as “boas práticas [...] ao serem estendidas a todos os temas de relevância pública –nomeadamente aos económicos, políticos e culturais– tornam invisíveis comunidades que têm necessidade de afirmar a sua existência, bem como a sua diferença”. Estes “procedimentos tanto podem ser lidos como boas práticas,

⁴ As boas práticas aconselham a que não se nomeie a nacionalidade ou origem étnica quando essa informação não é essencial para a compreensão da notícia. O objectivo fundamental destas boas práticas é evitar a criação de ‘correlações ilusórias’ (Hamilton e Guifford, 1976) por parte do público (por exemplo: a associação de determinada nacionalidade ou ‘etnia’ a determinado crime).

como de reforço dos exotismos culturais e/ou étnicos, ou ainda, como formas de tornar invisíveis diferenças de acesso a oportunidades sociais. Ao mesmo tempo, a nomeação da pertença étnica nos meios de comunicação pode levar à etnicização das relações sociais e da sociedade, dificultando o convívio entre comunidades com origens culturais e étnicas diversas” (Ferin *et al.*, 2008: 113).

Ferin e colaboradores relevam que nem sempre as opções que parecem ser ‘politicamente correctas’ ao nível da produção da notícia se repercutem da forma desejada nas apropriações por parte dos cidadãos. Resumindo, embora se possam observar progressos ao nível do tratamento das notícias sobre os imigrantes e as minorias étnicas, muito há ainda por fazer. Observa-se “uma limitada diversidade nos conteúdos abordados, insuficiente investigação jornalística sobre a actualidade e sobre as temáticas focadas, assim como escassa capacidade de examinar factos e eventos sobre diferentes pontos de vista” (2008: 114).

Neste sentido, são propostas as seguintes medidas: diversificação temática; confrontação, identificação e diversidade das fontes; diversificação dos géneros jornalísticos e adequação dos formatos aos temas focados; e “estilos de discurso que privilegiem o tom neutro, a argumentação assertiva e o enquadramento factual” (Ferin *et al.*, 2008: 113).

Diversos organismos da União Europeia têm recomendado uma maior formação dos jornalistas nas áreas da diversidade e interculturalidade, assim como o desenvolvimento de órgãos de comunicação dirigidos a determinados grupos étnicos (*ethnic media*).

A entrada de profissionais e jornalistas oriundos da imigração e das minorias étnicas no campo dos media tem sido igualmente apontada como uma medida estratégica para a promoção de numa sociedade cada vez mais plural. No entanto, essa entrada por si só não garante a maior pluralidade e diversidade noticiosa, uma vez que, por um lado, estes podem ter internalizado as representações sociais dominantes, e por outro, a consciência crítica da necessidade de mudança social não basta que esteja presente ao nível do jornalista singular, mas terá de ser transversal a toda a estrutura subjacente à produção noticiosa.

BIBLIOGRAFIA

- Academia de Ciências de Lisboa (2001). *Dicionário da Língua Portuguesa*. Lisboa: Verbo.
- Alexandre, V. (1999). O Império e a ideia de raça (séculos XIX e XX). In J. Vala (Coord.). *Novos Racismos: Perspectivas Comparativas*. Oeiras: Celta, 133-144.

- Allport, G. W. (1954/1979). *The Nature of Prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Amâncio, L. (1998). Sexismo e Racismo - Dois exemplos de exclusão do 'Outro'. In H. G. de Araújo: M. Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa*. Porto: S.P.A.E, 79-88.
- Augoustinos, M., e Reynolds, K. J. (2001) (Eds.), *Understanding prejudice, racism, and social conflict*. London: Sage.
- Billig, M. (1996). Nationalism as an international ideology: imagining the Nation, others and the world of nations. In Breakwell, G. M., e Lyons, E. (eds). *Changing european identities. Social psychological analysis of social change*. Oxford: Butter Worth-Heinemann, 181-194.
- Bracinha-Vieira, A. (1995). Racismo e teoria. *Ethnologia*, 3/4, 23-38.
- Burguière, A., e Grew, R. (Eds.). (2001). *The construction of Minorities: Cases for comparison across time and around the world*. Michigan: University of Michigan Press.
- Cabecinhas, R. (2007). *Preto e Branco: A naturalização da discriminação racial*. Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. e Cunha, L. (2003). Colonialismo, identidade nacional e representações do 'negro'. *Estudos do Século XX*, 3, 157-184.
- Chombart de Luawe, M.-J. (1983-1984). La représentation des catégories sociales dominées, rôle social, intériorisation. *Bulletin de Psychologie*, 37, 877-886.
- Coelho, J. N. (2001). *Portugal, a equipa de todos nós: Nacionalismo, futebol e media. A reprodução da nação nos jornais desportivos*. Porto: Afrontamento.
- Correia, I., Brito, R., Vala, J., e Peres, JA. (2005). Normes anti-racistes et persistance du racisme flagrant: Analyse comparative des attitudes face aux Tziganes et face aux Noirs au Portugal. *Psihologia Sociala*, 15, 7-22.
- Cunha, M. I. (2000). A natureza da 'raça'. *Sociedade e Cultura 2*. Cadernos do Noroeste, 13, 191-203.
- Deschamps, J. C., Vala, J., Marinho, C., Costa-Lopes, R. e Cabecinhas, R. (2005). Intergroup relations, racism and attribution of natural and cultural traits. *Psicología Política*, 30, 27-39.
- Fenton, S. (1999). *Ethnicity: Racism, class and culture*. Hong Kong: Rowman e Littlefield.
- Ferin, I., Santos, C. A., Filho, W.S. e Fortes, I. (2008). *Media, Imigração e Minorias Étnicas 2005-2006*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural.
- Ferin, I., Santos, C. A., Silveirinha, M.J. e Peixoto, A.T. (2004). *Media, Imigração e Minorias Étnicas*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.
- Ferin, I., Santos, C. A., Valdigem, C. e Filho, W.S. (2006). *Media, Imigração e Minorias Étnicas II*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

- Fredrickson, G. M. (2002). *Racism: A short history*. Princeton: University Press.
- Freyre, G. (1933/1992). *Casa Grande e Senzala*. Rio de Janeiro: Ed. Record.
- Gaertner, S. L., e Dovidio, J. F. (1986). The aversive form of racism. In J. F. Dovidio, e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, discrimination, and racism*. Nova Iorque: Academic Press, 61-89.
- Gould, S. J. (1981/1990). *O Polegar do Panda: Reflexões sobre a História Natural*. Lisboa: Gradiva.
- Guillaumin, C. (1992). *Sexe, Race et Pratique du Pouvoir: L'idée de Nature*. Paris: Côté-femmes.
- Hamilton, D. L., e Guifford, R. K. (1976). Illusory correlation in interpersonal perception: a cognitive basis of stereotypic judgments. *Journal of Experimental Social Psychology*, 12, 392-407.
- Jahoda, G. (1999). *Images of savages: Ancient roots of modern prejudice in Western culture*. London: Routledge.
- Jelloun, T. B. (1999). *Le racism expliqué à ma fille*. Paris: Seuil.
- Jenness, D. (1992/2001). Origins of the myth of race. In E. Cashmore e J. Jennings (Eds.), *Racism: Essential readings*. Thousand Oaks: Sage, 304-310.
- Jones, J. M. (1972). *Prejudice and racism*. New York: McGraw-Hill.
- Katz, I., e Hass, R. G. (1988). Racial ambivalence and American value conflict: Correlational and priming studies of dual cognitive structures. *Journal of Personality and Social Psychology*, 55, 893-905.
- Lévi-Strauss, C. (1983/1986). *O Olhar distanciado*. Lisboa: Edições 70.
- Linnaeus, C. (1767) *Systema naturae*. Disponível em Google Books: <<http://books.google.com>>.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les Représentations des groupes dominants et dominés. Collections et agrégats*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Matos, P. F. (2006). *As cores do império: Representações raciais no império colonial Português*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- McConahay, J. B. (1986). Modern racism, ambivalence, and the modern racism scale. In J. F. Dovidio, e S. L. Gaertner (Eds.). *Prejudice, discrimination, and racism*. Nova Iorque: Academic Press, 91-125.
- Miles, R. (1989/1995). *Racism*. Nova Iorque: Routledge.
- Montagu, A. (1997). *Man's Most Dangerous Myth - The Fallacy of Race* (6.^a ed.). Londres: Sage.
- Pettigrew, T. F., e Meertens, R. W. (1995). Subtle and blatant prejudice in Western Europe. *European Journal of Social Psychology*, 25, 57-75.
- Pina-Cabral, J. (1998). Racismo ou etnocentrismo. In H. G. de Araújo: M. Santos, e P. C. Seixas (Coords). *Nós e os Outros: A exclusão social em Portugal e na Europa*. Porto: S.P.A.E, 19-26.
- Rex, J. (1986). *Raça e etnia*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Richards, G. (1997). *'Race', Racism and Psychology: Towards a reflexive history*. Nova Iorque: Routledge.

- Rothbart, M., e Taylor, M. (1992). Category labels and social reality: Do we view social categories as natural kinds? In G. R. Semin, e K. Fiedler (Eds.). *Language, interaction, and social cognition*. Londres: Sage.
- Sartre, J.-P. (1954/2001). Orphée noir. In L. S. Senghor (Org.) *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache de langue française*. Paris: Presses Universitaires de France, IX-XLIV.
- Sears, D. O. (1988). Symbolic racism. In P. A. Katz e D. A. Taylor (Eds.), *Eliminating racism: Profiles in controversy*. New York: Plenum Press, 53-84.
- Taguieff, P. A. (1997). *Le racisme. Un exposé pour comprendre. Un essai pour réfléchir*. Paris: Flammarion.
- UNESCO (1973). *Le racisme devant la science*. Paris: Gallimard.
- Vala, J., Brito, R., e Lopes, D. (1999). *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Vale de Almeida, M. (2004). *An Earth-Colored Sea. 'Race', Culture and the Politics of Identity in the Post-Colonial Portuguese-Speaking World*. Oxford: Berghahn Books.
- van der Berghe, P. L. (1996). Race - as a synonym. In E. Cashmore, M. Banton, J. Jennings, B. Troyna e P. L. van der Berghe (Orgs.) *Dictionary of race and ethnic relations* (4th Ed.). Londres: Routledge, 296-298.
- van Dijk, T. A. V. (1991). *Racism and the press*. Londres: Routledge.
- Wenden, C.V. (2005). *Atlas de Migrations dans le Monde*, Paris: Éditions Autrement.
-

Rosa Cabecinhas é Professora Auxiliar no Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade do Minho. A sua tese de doutoramento, intitulada *Racismo e etnicidade em Portugal: Uma análise psicosociológica da homogeneização das minorias*, foi premiada em 2004 pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas. Actualmente participa como investigadora em diversos projectos internacionais, dedicando-se principalmente às seguintes áreas de investigação: diversidade e comunicação intercultural; identidade social, estereótipos e discriminação social; memória social e representações sociais. E-mail: cabecinhas@ics.uminho.pt.